

A formação e o desenvolvimento de Santos, localizada no litoral Sul de São Paulo, estão diretamente relacionados ao Porto, responsável por dinamizar a economia da cidade e estabelecer um núcleo urbano na região do centro, dependente das atividades portuárias e do comércio.

Santos é uma das cidades que compõem a chamada Baixada Santista, formada pelos municípios de São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Peruíbe, Itanhaém, Bertioga, Mongaguá e Cubatão, que apresentam características culturais diversas e com forte potencial econômico nos setores industrial, turístico e ambiental, que ajudam a construir a identidade da região.

Porto Vermelho, Moscouzinha Brasileira e Barcelona Brasileira foram algumas das denominações dadas a Santos relacionadas a força do seu movimento operário, principalmente do Porto, que forjou o passado combativo da cidade por ter abrigado movimentos de trabalhadores em torno das ideias do anarcossindicalismo durante a Primeira República (SILVA;ALEXANDRINO,1988:14). Greves marcaram a sua história com reivindicações e protestos em prol da melhoria da classe trabalhadora.

Em 1969, Santos perdeu sua autonomia pelo decreto nº 865, tornando-se área de segurança nacional e o prefeito eleito, Esmeraldo Tarquínio, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dois dias antes de assumir o cargo, teve cassado os seus direitos políticos pelo AI-5.

O ano de 1983, catorze anos depois, foi marcante para a cidade de Santos que teve restituída a sua autonomia política quando a ditadura militar já se encontrava em processo de distensão, mas nem por isso enfraquecida, dada a forma como “devolveu” a autonomia através de um decreto-lei.

Nesse sentido, no dia 27 de abril de 1983 foi aprovado na Câmara Federal por unanimidade o projeto de lei do deputado federal Gastone Righ do Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB), sobre a restituição da autonomia política da cidade e encaminhado para o Senado. A devolução da autonomia fazia parte de um acordo entre o PTB e o Partido Democrático Social (PDS).

Por esse acordo, o PDS deveria atender três reivindicações dos petebistas: estabilidade no emprego por dois anos para os trabalhadores, contenção de preços por conta da inflação e autonomia de Santos, e, em troca, o PDS teria o apoio do PTB na Câmara para aprovação de projetos do seu interesse, enfraquecendo, dessa forma, a oposição, no caso, o PMDB, de acordo com o jornal *Cidade de Santos*. (1º de ago.1983, p.4).

Um dos episódios lembrados por Adelino foi quando ele e mais dois amigos foram ao estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, para assistir a final do Campeonato Brasileiro entre Santos X Flamengo, no dia 29 de maio de 1983, onde ele entrou com bolas de gás que foram jogadas no estádio com o lema: “Autonomia para Santos”. Adelino se lembra da sua dedicação e esforço para a reconquista da autonomia, orgulhando-se dos seus feitos em prol desta causa.

No dia 29 de junho de 1983, quinze vereadores foram a Brasília e também um grupo de moradores viajou para acompanhar a votação em um ônibus disponibilizado pelo prefeito Paulo Gomes Barbosa. Ironicamente, o vereador Roberto Bonavides, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), disse em sessão da Câmara que a “comitiva do Sr. Prefeito, alguns Secretários, Diretores de imprensa que, viajaram, às expensas do Município”. (Ata da Câmara, 30 jun.1983).

A decepção dos vereadores tomou conta durante boa parte da sessão que ocorreu no dia 30 de junho de 1983. Acreditavam que o projeto de Gastone Righ seria aprovado pelo Senado, já que, por unanimidade, ele havia sido aprovado na Câmara Federal, como parte do cumprimento do acordo feito entre o PTB-PDS. No entanto, não foi votado por falta de quórum, o que expressa na linguagem política um boicote ao projeto. A atitude do Senado fora avaliada por Mantovani Calejon, do PDS:

(...) É ridícula, é estapafúrdia, é caótica a posição do Senado Federal. É humilhante vermos um poder legislativo, como o Senado Federal de cócoras, de quatro a um poder que não tem o respaldo popular. É ridículo, é vergonhoso vermos intransquilidade, como brasileiros, vemos o Senado Federal totalmente atrelado a um homem que determina, que subjuga a vontade de um povo, como o povo de Santos. (...) um povo que deu a este Brasil a liberdade, um povo que aqui viu nascer os Andradas, que deram a este país a liberdade e a democracia (...) (Ata da Câmara, 30 jun.1983).

A volta da autonomia para Santos era tema amplamente defendido por todos os vereadores, independentemente do partido.

O acordo entre os deputados do PTB e o PDS ainda estava vigente. Era de interesse do

governo, restituir a autonomia da cidade, para que, dessa forma, se constituísse enquanto maioria na Câmara. No entanto, a aprovação do projeto de Righ pelo Senado, significaria reconhecer a soberania do Legislativo, incompatível com a ditadura ainda vigente, mesmo em fase de distensão. O discurso do vereador Edmur Mesquita, do PMDB, refletiu o momento político do Brasil.

O Senado Federal por se constituir numa Casa de leis, onde o PDS possui ampla maioria, com a atitude que tomou ontem, votando contra a autonomia de Santos, demonstra que o regime ainda continua alicerçado nos princípios fundamentais da arbitrariedade (...) (Ata da Câmara, 30 de jun. 1983).

Em agosto, uma leva de moradores foi a Brasília acompanhar mais uma vez a votação do projeto de lei no Senado, que somente se encontrava em regime de urgência pela pressão dos vereadores e moradores da cidade, de acordo com Geraldo Silvino, do PMDB. (Ata da Câmara, 30 jun.1983).

Em 2 de agosto de 1983, foi colocado mais uma vez em votação o projeto de lei no Senado. A ideia dos vereadores de Santos era organizar uma grande mobilização popular para ir a Brasília pressionar a aprovação do projeto.

Uma caravana de aproximadamente duzentas pessoas foi a Brasília reivindicar a volta da autonomia política da cidade em 1983. Tem-se como parâmetro os questionamentos que George Rudé¹ fez para nortear seus estudos, considerando-se, é claro, as particularidades históricas de cada período e, principalmente adaptar e criar novas perguntas para compreender a caravana autonomista.

“O que realmente aconteceu, tanto em relação ao fato propriamente dito como em relação a suas origens e consequências?; Que proporções tinha a multidão em questão, como agiu, quem (se houve) foram seus promotores, quem a compunha e quem a liderou?; Quais eram os alvos ou vítimas das atividades da multidão?; Quais as finalidades, motivos e ideias subjacentes a essas atividades?; Qual a eficiência das forças de repressão, ou da lei e da ordem?; Quais as consequências do fato e qual sua significação histórica; Até que ponto é a multidão representativa dos grupos sociais de onde vem suas partes componentes?”²

A multidão que Rudé analisa se refere à época “pré-industrial” na França e Inglaterra e de que forma as transformações sociais advindas com a urbanização impactaram nas atividades da multidão, abordando-a não de maneira estereotipada, como o “povo”, a “ralé”, “turba”, mas observando as particularidades históricas, apresentando-a “não como uma fórmula abstrata, mas

¹O historiador George Rudé em sua obra *A Multidão na História: estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1790-1848* coloca em discussão o fato de que os historiadores negligenciam o estudo das multidões, colocando-as como “uma abstração desmaterializada, e não como um conjunto de homens e mulheres de carne e osso” (RUDÉ, George, 1991:7)

²Questionamentos apresentados por Rudé em sua obra *A Multidão na História* na Introdução; capítulo treze: Os rostos da multidão e capítulo quatorze Motivos e Crenças.

como um fenômeno histórico vivo e multifacetado”. (RUDÉ, George, 1991:2).

Ele analisa as manifestações populares contra os poderes públicos, na época, os intendentes provinciais. A mobilização dos moradores de Santos a Brasília pode ser associado ao que Rudé chamou de multidão na História, tendo em vista que os moradores foram pressionar os senadores a aprovar o projeto de lei durante a ditadura militar.

Aproximadamente duzentas pessoas se inscreveram na Sociedade de Melhoramentos ou com Maísa Mesquita, secretária da Câmara na época, segundo o depoimento de um dos organizadores da caravana, o vereador Adelino Rodrigues³. Foram feitos pedágios pró-autonomia pelas ruas de Santos e contaram com o apoio de sindicatos, comerciantes e empresários, que contribuiram com a causa da autonomia com o intuito de arrecadar dinheiro para custear a viagem até Brasília.

Um enorme caixão de vidro fechado só com uma parte aberta em cima para as pessoas colocarem dinheiro. E fomos em cruzamentos da cidade, pedindo. Xingavam a gente, mas estávamos conscientizando as pessoas de uma coisa diferente. Inclusive muitos vereadores na época, o vereador Moacir de Oliveira, nós fizemos muito esses pedágios para recolhimento de dinheiro, porque a nossa ideia era arrecadar recursos para ir a Brasília. (Adelino Rodrigues, entrevista concedida à Dayane S. Araujo em 20 mar.2012)

A subjetividade dos envolvidos no processo de retomada da autonomia política de Santos expressa uma vivacidade, observada na riqueza de detalhes dos relatos que não são apresentadas nas fontes oficiais. Como os sujeitos vivenciaram a organização de uma caravana a Brasília, como se colocaram diante deste acontecimento, qual o significado atribuído a esse evento, são alguns dos aspectos que mais se destacam das falas dos entrevistados.

No dia 31 de julho de 1983, um domingo, quatro ônibus estavam em frente ao Palácio José Bonifácio, sede da prefeitura, na Praça Mauá (Centro). A previsão para a saída era às 16h, no entanto, pela falta de um ônibus, somente às 17h e 45 os caravanistas puderam partir.

Ocorreu uma falha do secretário de transportes, Horácio Ortiz, que enviou um ônibus a menos, mas, segundo um dos organizadores, o vereador Adelino Rodrigues, todos os inscritos conseguiram embarcar, já que foram remanejados nas vagas dos vinte e quatro ausentes. (*Cidade de Santos*, 1º ago.1983, p.10).

A falta do quinto ônibus gerou muitos problemas, já que os passageiros que estavam sem condução tiveram que esperar as vinte e duas vagas remanescentes⁴, “formando-se uma verdadeira

³Tive a oportunidade de entrevistar o ex-vereador Adelino Rodrigues que foi um dos organizadores da caravana para acompanhar a segunda votação do projeto de Righ no Senado no dia 2 de agosto de 1983. Ele é coordenador do Departamento de Informação, Defesa e Orientação ao Consumidor-CIDOC em Santos.

⁴O jornal *Cidade de Santos* afirmou que sobraram vinte e quatro lugares, pela desistência de alguns moradores, já A

corrida pelos lugares, disputados também pelos que estavam na lista de espera”. Um senhor afirmou que “Isso é uma vergonha. Uma cidade se inscreve na caravana, faz as malas, despede-se da família e dos vizinhos, e depois simplesmente é informado que não há condução”. (*A Tribuna*, 1º ago. 1983, p.4).

Vinte pessoas não conseguiram embarcar e aguardaram os contatos de Edmur Mesquita e Ida Otero, do Departamento Feminino do PMDB, para conseguirem mais um ônibus para o dia seguinte. (*A Tribuna*, 1º ago. 1983, p.4)

A caravana, ao final, saiu em clima de festa, com “fogos, pique-pique, muitas palmas (...) traziam faixas com dizeres: “Autonomia para Santos”. (*Cidade de Santos*, 1º ago.1983, p.10).

Finalmente, o vereador Edmur Mesquita, do PMDB, em contato com o prefeito biônico Mario Covas Júnior, do mesmo partido, e com o seu secretário de governo municipal, Nelson Fabiano Sobrinho, conseguiu um ônibus da Zefir, que saiu de frente a Prefeitura no dia 1º de agosto e transportou os demais passageiros que não conseguiram viajar no dia anterior. Os jornais *A Tribuna* e *Cidade de Santos* listaram os nomes dos vinte e dois caravanistas: os motoristas Thelmo Peçanha e Paulo Aparecida Rezende, os passageiros, Francisco Canoniga Neto, Sônia Cristina Passamichalis, Alessandra Nunes Tibúrcio, Célia de Souza Melo, Selma de Souza Melo, Eremita Pereira Marques, José Antonio de Oliveira, Porfírio Ribeiro, Wilton de Fátima Araújo, Neli Barros Rodrigues, Marlene Ferreira Rodrigues, Cleusa Nunes Tibúrcio, Isabel Lousada de Campos, Olga Gomes de Lima, Ferutcho Gandini, Carlos Roberto Lopes da Silva, Sérgio Ferreira, Rogério de Carvalho Silva, João Batista da Cruz, Denilson Correia de Lima, José Carlos dos Santos; as crianças, Erlon, filho de Eremita Pereira. (*A Tribuna*, 2. ago. 1983, p. 1)

Os caravanistas viajaram de ônibus até Brasília, com todas as despesas pagas na hospedagem na sede da Cesir, órgão da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Uma programação foi determinada pelos organizadores com passeata pelas ruas da cidade e comício na rampa do Congresso antes de adentrarem ao Senado. (*Cidade de Santos*, 2 ago.1983, p.1)

Muitas situações inusitadas ocorreram durante a viagem, conforme noticiado no jornal *A Tribuna*, quando um senhor pediu para comprar fraldas descartáveis ao vereador Geraldo Silvino e foi descoberto que havia um bebê de colo e a comissão da caravana decidiu mandar de volta para Santos o pai, a mãe e o bebê, arcando com as despesas da viagem; um outro caso foi o roubo de cinco vidros de mel de um restaurante a beira da estrada, que o vereador Gilberto Tayfour foi obrigado a pagar os cinco mil cruzeiros cobrados. (*A Tribuna*, 2 ago.1983, p.1).

Quando os caravanistas já se encontravam em Brasília, faleceu, no dia 1º de agosto de 1983, um dirigente portuário e vereador mais votado em 1947 pelo PCB, mas impedido de assumir o cargo devido à cassação do registro do Partido Comunista pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em homenagem a sua memória, o movimento passou a ter o seu nome “Caravana Autonomista Leonardo Roitman”.

A devolução da autonomia por meio de um decreto-lei já foi anunciada dias antes pelos jornais *A Tribuna* e *Cidade de Santos*. Os caravanistas já sabiam que o projeto de Righ não seria aprovado pelo Legislativo, mas mediante um decreto-lei.

O Conselho de Segurança Nacional está emitindo um parecer formal para que o presidente em exercício, Aureliano Chaves, decrete a autonomia de Santos ainda nesta semana. Essa decisão, anunciada ontem pelo líder do PDS, Nelson Marchesan, antecipou-se à apreciação do projeto autonomista hoje no Senado, pondo termo às cogitações de que a liberação ocorreria pela via legislativa ou mesmo com a votação de mensagem governamental pelo Congresso. (A Tribuna, 2 ago. 1983, p. 1)

O Palácio do Planalto deverá divulgar hoje decreto-lei do presidente em exercício, Aureliano Chaves, restituindo a autonomia política do município de Santos. (...) Em consequência o projeto do deputado petebista Gastone Righ, com o mesmo objetivo, e que deveria ser votado hoje pelo Senado em regime de urgência, ficará prejudicado. O PDS usará sua maioria para evitar a votação. (Cidade de Santos, 2 ago. 1983, p.3)

No dia 2 de agosto de 1983, às 15h, os caravanistas estavam no Senado para acompanhar a votação do projeto de lei de Gastone Righ que mais uma vez não foi votado por falta de quórum, encerrando a possibilidade de aprovação pelo Legislativo. Uma faixa humana foi organizada com cada homem, escolhido de maneira aleatória, de forma que, ao tirar o paletó, em suas camisas tinham as letras que compunham a frase: “Autonomia para Santos”, conforme os depoimentos de Adelino e de uma das participantes da caravana, Alzira.⁵

O comportamento “pacífico” da caravana foi elogiado pelo jornal *A Tribuna*, um exemplo de organização, e destacou-se o comentário do chefe de segurança do Senado, Eurico Auler, que achou “Fabuloso, fabuloso” a faixa viva com a frase “Autonomia para Santos” estampada nas camisetas dos caravanistas.

Pois se é possível viver sob a força das margens sem a água, essa água um dia pode brotar da terra seca. Foi por isso que duzentos santistas avançaram em direção ao Planalto, pacificamente, no estilo exemplar da história dos Andradas, dispostos a fazer ecoar por muitas noites nos gabinetes do poder, o som das águas fortes. (A Tribuna, 3 ago. 1983, p.2)

50 sr Adelino me passou o contato da dona de casa, santista, Maria Alzira Castanho Rodrigues e durante a nossa conversa, ela me disse que fazia parte do grupo de amigos de Adelino. Ela guarda em sua residência os jornais que abordam o retorno da autonomia de Santos e disse que nunca havia sido procurada para falar sobre o assunto. Seu marido, Emiliano, também participou da caravana, mas por motivos de saúde não se lembra dos detalhes da caravana.

A seguir, os integrantes da caravana se dirigiram ao Palácio do Planalto para uma manifestação e, de acordo com os entrevistados, dois jornalistas saíram com o decreto-lei assinado pelo então vice-presidente Aureliano Chaves⁶.

Desce dois jornalistas, Luiz Guimarães que era na época da Tribuna e Virgínio Sanches (...) os dois balançando o braço com um papel na mão que tinha acabado de assinar, o Aureliano Chaves, o decreto que concedia a autonomia para Santos. (...) Dali para frente, nossa, acho que não teve um que não chorasse, naquele bolo de mais de duzentas pessoas. Foi assim muito forte. (RODRIGUES, Adelino. Entrevista à Dayane Santos Araujo em 20. mar.2012).

A autonomia de Santos foi restituída do mesmo modo que foi perdida, mediante decretos-lei de caráter autoritário e ditatorial. Um Decreto, de nº 2050, de 2 de agosto de 1983, revogou o de nº 865, de 1969, que havia declarado o Município de Santos, de interesse da segurança nacional, retirando-lhe toda a autonomia e submetendo toda a população à lei de Segurança Nacional. Assim, por outro Decreto e não por lei votada, o presidente da República de plantão, “ouvido o Conselho de Segurança Nacional”, define que:

*Art.1º- Fica revogado o Decreto-Lei nº 865, de 12 de setembro de 1969, que declarou o Município de Santos, no Estado de São Paulo, de interesse de segurança nacional.
§1º-O disposto deste artigo terá eficácia a partir da posse do Prefeito e Vice-prefeito eleitos.
§2º-Até a posse dos eleitos permanecerá o regime de prefeito nomeado, na forma da legislação que disciplina a matéria.*

Art. 2º- A Justiça Eleitoral disporá sobre a eleição e posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Santos, Estado de São Paulo, cujos mandatos findarão juntamente com os dos Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos em 15 de novembro de 1982.

Art. 3º- Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brasília-DF, 02 de agosto de 1983, 1629 da Independência e 959 da República. (A Tribuna, 3 ago. 1983, p.1)

Pode-se observar que a autonomia não foi restituída imediatamente com a entrega do cargo de prefeito ao presidente da Câmara, Noé de Carvalho. Paulo Gomes Barbosa se manteria no cargo até a posse do prefeito eleito, um sinal que a ditadura militar ainda estava vigente e optou por não fazer uma transição rápida de entrega do poder ao presidente da Câmara e romper, dessa forma, com a estrutura vigente de prefeitos nomeados, acompanhando, dessa forma, a abertura “lenta, gradual e segura” em nível federal.

Os moradores da cidade foram recebidos com festa na volta para a cidade de Santos, após a assinatura do decreto-lei, tendo a rodovia Imigrantes, que dá acesso ao litoral, fechada para a

6 O presidente João Batista Figueiredo se afastou do cargo para fazer uma cirurgia nos EUA.

chegada da caravana, conforme relatos do sr. Adelino Rodrigues.

Eu conhecia o comandante do corpo de bombeiros que era meu amigo, o Laurindo, que já faleceu, e eu liguei de Brasília para ele, para ele recepcionar a caravana com um carro do corpo de bombeiros.

Ele fez pior, você sabe o que ele fez? Ele fechou o pedágio. Quando nós chegamos no pedágio estava tudo fechado, só estava aberto para nós. (RODRIGUES, Adelino. Entrevista à Dayane Santos Araujo em 20. mar.2012).

Às 16h e 45 da tarde do dia 3 de agosto de 1983, os cinco ônibus que levaram os moradores a Brasília chegaram a Praça Mauá, em frente à Prefeitura, “abarrota de populares, sindicalistas e políticos”, e era possível visualizar faixas com os dizeres “Autonomia, fruto da mobilização popular”; “Viva a Autonomia”; “Viva a Caravana Roitman” e ouvia-se da multidão “Glória, Glória Autonomia, vencemos em Brasília”. A caravana seguiu pela Rua São Bento, Rua do Comércio, Praça Rui Barbosa, Rua João Pessoa, Rua Martim Afonso, Rua D. Pedro II, até a Praça Mauá. (*Cidade de Santos*, 4 ago. 1983, p. 1)

Foi uma grande festa de recepção dos caravanistas, mas o jornal alertava que “ninguém estava interessado no fato de que a sonhada autonomia política de Santos fora restabelecida em decorrência de um acordo entre PTB/PDS, o qual poderá incorrer em inestimável prejuízo à classe trabalhadora”. (*Cidade de Santos*, 4 ago. 1983, p. 1).

Das cento e seis cidades que se encontravam nesse momento como área de segurança nacional, Santos foi a primeira cidade a ter sua autonomia restituída e foi um exemplo para outra cidade do litoral próxima à Santos, como Cubatão, que também perdeu sua autonomia em 1968, quando foi considerada, assim como Santos, área de interesse de segurança nacional, e somente em 1985 reconquistou sua autonomia pela emenda constitucional n.25. (*A Tribuna*, 15 maio 2005).

Uma denúncia sobre o modo como foi conduzida a retomada da autonomia foi apresentada pelo jornal *Cidade de Santos* sem o cumprimento de um direito de cidadania previsto pela Constituição, mas fruto de uma negociação entre PTB e PDS e “cabe ao povo santista transformar a autonomia via decreto lei em um voto consciente em homenagem ao patriarca da independência José Bonifácio de Andrada e Silva.” (*Cidade de Santos*, 1º ago.1983, p.4).

Santos perdera sua autonomia, em 1969, e passou a ser área de segurança nacional, de acordo com o jornal *A Tribuna*, pela força dos movimentos sindicais de esquerda anterior à “Revolução” de 1964. A notícia ainda destacou que os santistas poderiam aprender com os erros do passado para que se evitasse outra punição para a cidade, que naquele momento se encontrava em clima de festa. (*A Tribuna*, 3 ago. 1983, p.2).

Ao comparar as reflexões dos dois principais jornais, nota-se que o *Cidade de Santos*

expôs sua indignação diante da forma como foi conduzido o retorno da autonomia e fez referência ao passado da cidade, personificado na figura de José Bonifácio, enquanto que o jornal *A Tribuna* utilizou o termo “Revolução de 1964” o que denotou um caráter de consentimento a ditadura militar e utilizou o passado da cidade de lutas trabalhistas como justificativa para a medida extrema de perda da autonomia, propondo uma reflexão para os santistas evitarem a necessidade de uma nova intervenção do governo federal.

Nos dias atuais, a caravana sempre é rememorada pela mídia como comemoração sobre o retorno das eleições na cidade, limitando-se às reproduções de reportagens da época com destaque para as lideranças políticas que surgiram após o evento. Não recuperam os sujeitos que participaram da caravana, suas motivações, o cotidiano das pessoas naquele evento, a mobilização popular que ela expressava e sequer o significado que foi atribuído ao fato naquele momento histórico. A conquista da autonomia da cidade se resume, nas lembranças mais recentes, ao retorno das eleições, como que por concessão da ditadura, acompanhando um momento de redemocratização do país.

Explicar os movimentos sociais respaldado apenas em determinações estruturais não agrega novidades à compreensão do fenômeno, conforme Sader:

Quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza. Irá perder, por exemplo, aquilo que diferenciou a liderança metalúrgica de São Bernardo da direção sindical dos metalúrgicos de São Paulo, ou uma comunidade de base de uma sociedade de amigos do bairro. O que, em definitivo, é deixar escapar o principal (SADER, 2001:42).

Em 1983 e 84, a pressão popular do movimento Diretas-Já em diversas cidades do Brasil pelas eleições diretas à presidente, aglutinou o desejo dos brasileiros pelo fim de duas décadas de regime militar. A falta de quórum para votação da emenda Dante de Oliveira, pela ausência de deputados do PDS, derrotou a possibilidade de eleições diretas à presidente e ocorreu a transição do poder aos civis, conduzida pelos militares, com a posse do vice-presidente José Sarney.⁷

A cidade de Santos já prenunciou situação semelhante quando o projeto de lei que devolveria a autonomia política da cidade não foi votado por falta de quórum para aprovação no Senado, mas por meio de um decreto-lei assinado pelo vice-presidente Aureliano Chaves.

Além disso, tanto a caravana de moradores santistas que foi a Brasília acompanhar a votação do projeto de lei quanto o movimento das Diretas-Já, de proporção nacional, sofreram intervenções do governo federal que buscou ofuscar a importância da pressão popular e dos novos

⁷Tancredo Neves, presidente eleito indiretamente, mas faleceu antes da posse, assumindo José Sarney.

atores sociais que “reivindicavam seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos” (SADER, 2001:26)

A caravana simbolizou, naquele instante, uma pressão popular para que a autonomia viesse rapidamente, sem a prorrogação por mais tempo para a assinatura do decreto, considerado um movimento popular que representou o resgate da história de Santos, tida como guerreira e combativa.

Alzira, participante da caravana, considera que ida dos moradores a Brasília, foi determinante para a volta da autonomia da cidade.

Eu acho que também porque o povo foi e apertou, porque o povo foi pedir, ali estava uma cidade representando, então foi pressão, mas foi uma pressão não assim violenta, eu acho que sensibilizou o Aureliano, o presidente. (RODRIGUES, Adelino. Entrevista concedida à Dayane S. Araujo em 20 mar.2012

Após a euforia da ida da caravana a Brasília, que veio para Santos com o decreto que restituiu a autonomia, a cidade agora se preparava para outra discussão: a organização da primeira eleição direta, que não ocorria desde 1969, quando a cidade se tornou área de segurança nacional.

Fontes documentais

Jornais:

AFINAL, os santistas irão votar. *A Tribuna*, 3 ago. 1983, p. 1.

ALEGRIA e fogos na praça para festejar a autonomia. *Cidade de Santos*, 4 ago. 1983, p. 1.

A PONTE e o rio. *A Tribuna*, 3 ago. 1983, p. 2.

ASSEMBLÉIA acompanha. *A Tribuna*, 2 ago.1983, p.1.

AUTONOMIA outorgada. *Cidade de Santos*, 1º ago. 1983, p.4.

CAMINHO aberto para a autonomia. *Cidade de Santos*, 1º ago. 1983, p.10

FERNANDES, Manuel Alves. Município comemora 20 anos de autonomia. *A Tribuna*, 15 maio.2005. Disponível em:<http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/ch078b.htm>. Acesso em 10 fev.1983.

GOVERNO concede autonomia a Santos. *Cidade de Santos*, 2 ago. 1983, p. 3.

Ata:

ATA DA CÂMARA, 30 jun.1983

Entrevistas:

RODRIGUES, Adelino. Entrevista concedida à Dayane S. Araujo em 20 mar.2012

RODRIGUES, Maria Alzira Castanho. Entrevista concedida à Dayane S. Araujo em 29 mar.2012.

Fontes Bibliográficas

GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos (1945-1962)*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 117.

RUDÉ, George. *A multidão na História: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p.2-7-14.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVA, Ricardo Marques da; ALEXANDRINO, Carlos Mauri. *Sombra sobre Santos: O longo caminho de volta*. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988, p. 14.